



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ipiranga, 60 – Centro
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 12/2023

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 18:46 horas, em segunda chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, em reunião ordinária do CMS, com a seguinte pauta: Informações da Mesa, apresentação da Nova Direção do HPSC, apresentação do novo diretor do HU, relacionamento ACS e Comunidade, análise Portaria GM/MS de 08/08/23, emendas parlamentares e assuntos gerais. O Presidente Mário cumprimenta os presentes. O Presidente inicia a reunião com os informes da Mesa Diretora, declarando que estiveram presentes, no dia de hoje, em reunião na Justiça do Trabalho, e estiveram presentes os conselheiros Mário, Presidente, Aline, Eduardo e Cristian, do núcleo jurídico do Conselho. Dra. Juceila, da Intervenção, Dr. Rogério, pelo HNSG, Maria Helena, pelo Sindisaúde e a conselheira Janete Flores, pelo HNSG e a Dra. Sylvia, Jurídico do HNSG, com o Dr. Dal Ri, diretor do Fórum Trabalhista de Canoas. O Presidente deixou claro que a reunião foi pedida pelo Controle Social e explicou a situação caótica ao senhor juiz, derivada do bloqueio de cem por cento das receitas de convênio do hospital. Acrescentou que a situação se complicou pela inoperância do departamento de Recursos Humanos, muito pequeno e com práticas equivocadas. Parabenizou a Sra. Juceila pela mudança de mentalidade na administração atual que entendeu que a área de Recursos Humanos teria que ter uma atenção especial e séria. Fator negligenciado, pois se tinha a ideia de que o principal seria salvar vidas, apenas, declarando satisfação na mudança e providências tomadas. Atender a comunidade é tão importante como manter a instituição viva. Falou que em uma sexta-feira, a conselheira Janete avisou que não havia recursos, nem para comprar “uma bala”, pois a juíza Ingrid, da Quarta Vara do Trabalho, bloquearia tudo, porque estava retendo a totalidade das verbas e não adiantaria a própria Prefeitura mandar dinheiro para o Graças. Para nos prepararmos melhor foi marcada uma reunião preliminar entre o Conselho e HNSG, onde nosso jurídico teve a certeza de que o hospital sozinho não conseguiria reverter e lá foi decidido que seria necessário que o Controle Social agisse, para que o hospital não fechasse. Complementa que depois de expormos a situação ao Dr. Dal Ri, que nos atendeu, com muita compreensão e se comprometeu a conversar com os outros juizes, a fim de sensibilizá-los. Pergunta a Sra. Juceila, seu entendimento e a servidora respondem que o fato de nos receber já demonstra sua compreensão e elogia o Presidente pelas palavras claras, de que a importância seria o prejuízo para a sociedade. O conselheiro Eduardo explica que estávamos representados com representação de “atores” de todas as partes do processo e que foi pedida uma redução no percentual retido, enquanto é tentado um acordo, via Tribunal Regional. O Presidente Mário dá as boas-vindas ao conselheiro Mauro Otávio Guedes da Silva, que retorna, agora representando a ATAPEC e a Sra. Juceila, esperando que doravante a Secretaria Especial de Administração Hospitalar, comece a participar mais das reuniões do Conselho. Continuando a pauta o Presidente, altera a ordem desta, para apresentar a relação entre as Agentes Comunitárias e a Comunidade, motivo de muitas reclamações, dizendo reconhecer a importâncias destas profissionais, chegando a ir de casa em casa, para divulgar as melhorias que teriam, mas salientou que já tivemos alguns dissabores, inclusive tendo pneus furados. Presente a Superintendente da FMS, Sra. Angela Fachinello.

que apresenta a Sra. Angela Luciane da Costa, que falará sobre atribuições das ACSs. Começa dizendo que as ACS deveriam ser o meio campo entre sociedade e trabalhadores e que vem apresentar a parte técnica. Eles trazem as demandas no território. Explica as funções das ACSs com paixão. A conselheira Nedi reclama que as ACSs não participam das reuniões dos Conselhos Locais, pois não recebem hora extra e a palestrante responde que elas podem participar, optando pelo banco de horas, porém não pode obrigar. A ACS Rachel, da UBS São Luiz, diz que ela é uma profissional e tem direito a hora extra. A ACS Nara, da UBS São Vicente reclama que não estão dando conta, pois falta gente. A Superintendente Angela responde que o número de agentes é proporcional ao cadastramento de usuários e que existem mais ACSs do que os cadastrados no Ministério da Saúde, pelas que recebemos. A conselheira Ingrid, do CLS da UBS São Luiz questiona o número de visitas previstas no mês e a Sra. Angela Costa diz que não existe número médio de visitas e que muitas delas fazem a pé, as visitas, diminuindo o rendimento. Mesmo com a insistência em saber um número médio, a servidora se negou a informar. A Sra. Ingrid continua a inquirir a Sra. Angela Costa, contando casos existentes na área e a servidora pergunta se já comunicaram a gestora da Unidade. Várias reações contrárias, inclusive a Sra. Ingrid cita a presença de um advogado da "FMS", a fim de pressionar a comunidade. O conselheiro Eduardo pergunta se, realmente era da Fundação e a coordenadora Ingrid diz que se apresentou como tal. A Superintendente irá verificar. O Sr. Diego, da Ouvidoria da Fundação de Saúde, diz que é importante que as demandas cheguem à Fundação, para que resolvam e que no questionário que deve ser respondido pelo usuário, existe a pergunta se o agente comunitário vem lhe fazendo visitas e que tem participado de várias reuniões de Conselhos Locais. A conselheira do CLS da UBS São Luiz, Sueli, pergunta se a reunião de equipe que é feita na sexta-feira, das quinze às dezessete horas, não pode ser realizada após o horário e o Sr. Diego diz que a escolha dos horários é feita para os horários de menor fluxo. O conselheiro Presidente diz que estas reuniões estão previstas pelo Ministério da Saúde. Vocês precisam se organizar e as reuniões devem ser expostas nas paredes do "posto de saúde". O que não pode acontecer é a situação de confronto. O conselheiro Eduardo enfatiza que Conselho Local e trabalhadores não são inimigos. Devem seguir a mesma linha. O conselheiro local Flavino pergunta se eles fazem reuniões periódicas com as ACSs e quem define os procedimentos e se existe padronização de atuação. O Sr. Diego responde que são dois tipos de agentes. Da Prefeitura são cinquenta e oito agentes que poderiam migrar e não o fizeram, mas a gestão é feita pela Fundação e que sempre investem na educação permanente. A Sra. Angela Fachinello enfoca que estão discutindo novo Plano Operativo com a Secretaria e uma das providências será a contratação de mais agentes comunitários. Devido a pauta extensa, o Presidente agradece a presença da Fundação Municipal de Saúde e diz que será o início do debate, o que a Superintendente Ângela agradece a disponibilidade e se coloca a disposição para quando o Conselho achar necessário. O Presidente solicita a direção do HPSC que se apresente. O Dr. Sérgio Ruffini (médico), Diretor Geral se apresenta e diz que está pelo Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde (IAHCS) e nomeia os diretores Marcelo E Oliveira (administrativo), Angélica Belinasso (enfermeira), assistencial e Alvaro Fernandes (médico), chefe da equipe médica. O Presidente cobra da administração, a apresentação dos conselheiros e pergunta sobre a denúncia de que um cidadão estaria há sessenta dias esperando vaga para o Hospital Universitário e o Dr. Álvaro responde que o HPSC tem a missão de estabilizar o paciente e devolver para a rede. São o termômetro do que acontece. Diz que tem pacientes esperando vagas. O conselheiro Eduardo diz que pelo que conhece o HPSC deveria apenas estabilizar

e devolver a rede hospitalar e não permanecer com o paciente. O conselheiro Mário reflete sobre os problemas na saúde. O Sr. Marcelo coloca os problemas quanto a habilitação de procedimentos e diz que estão fazendo o chamado segundo tempo, quando o atendimento é completo. O Presidente enfatiza que está não seria sua atribuição. O Sr. Marcelo diz que deveremos construir em conjunto. O Dr. Sérgio Ruffini fala sobre as habilitações jurídico administrativo e que se não tiverem, não podem fazer, caso não tenham esta habilitação, precisando ser encaminhados para outros lugares e aí entra o Gerint, para organizar a regularização de leitos. A enfermeira Daiane, que trabalha com regularização dos leitos, diz que a regulação não é mais municipal e agora aumentou, pois é agregado estadual. O conselheiro Edemar diz que não pode, por conta própria, receber pacientes do HPSC, dependendo da regulação do Gerint e assevera que o Pronto Socorro, não é hospital, divagando sobre as diferenças entre HU e HPSC, suas missões e responsabilidades. O conselheiro Presidente lembra que anteriormente o Hospital Universitário tinha leitos de retaguarda, para receber pacientes da rede. O diretor do HU diz que agora não tem mais, pois o Gerint, que faz a regulação de leitos, é sistema do estado. Completa dizendo que o Hospital Universitário atende três milhões de usuários. A Secretária Adjunta de Saúde agradece o bom atendimento do Hospital de Pronto Socorro ao seu pai. O CLS Luis, da UBS CAIC diz que teve experiências desagradáveis com o HPSC e pergunta como será a administração e quem vai administrar a o Hospital. O Sr. Marcelo, repetindo colocação feita pelo Dr. Sérgio Ruffini, de que quem está a frente do nosocômio é a Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde. O conselheiro Mário agradece a presença da nova direção do HPSC e diz contar com suas presenças constantemente. O Presidente informa que o Dr. Mauro Sparta que seria apresentado como novo diretor do Hospital Universitário está em uma atividade em Porto Alegre e não poderá estar presente e pede para transferir para a próxima reunião. O conselheiro Eduardo pede a Plenária a análise e deliberação da ata 11/2023, de 14/08/2023, enviada, conforme acordado em assembleia e remetida tempestivamente, para deliberação. O Presidente coloca em análise e devido a concordância dos conselheiros, coloca em votação e a ata 11/2023, foi aprovada por treze votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. Para as últimas pautas da reunião, a Secretaria Adjunta de Saúde, Ana, fará a apresentação dos assuntos: análise Portaria GM/MS 163 de 08/08/23 e emendas parlamentares. O Secretaria da Mesa informa que enviou os arquivos, tempestivamente, aos conselheiros municipais de saúde e que enviou agora, aos conselheiros locais. A servidora Ana começa falando que foi realizada reunião com a Comissão de Estudos do CMS, no dia 17/08/2023. O conselheiro Eduardo fala que o Grupo é formado pela Mesa Diretora e um grupo de apoio, para fortalecer o debate e que foi feita uma ata do encontro. Hoje vieram apresentar a Plenária do CMS e colocar em análise a ata feita e encaminhada aos conselheiros municipais e locais. A secretaria Ana inicia com a Portaria GM/MS 163, que permite que os recursos de juros, provenientes de juros e correção dos recursos, das emendas, de 2019 a 2022, que não foram utilizadas, por conta da Pandemia, para compra de medicamentos. São quinhentos e oitenta e seis mil reais. O Presidente Mário coloca em votação a Portaria e ela é colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. o conselheiro Eduardo pergunta, quanto recebemos de verba para assistência farmacêutica, pois é pelo número de habitantes. A secretaria Ana confirma que o valor é de R\$ 8,18 por ano, baseado no número de habitante. Continua a secretaria Ana, com as emendas a serem analisadas. Ao iniciar as discussões acerca das verbas recebidas, a secretaria Ana começa a apresentar as emendas dizendo que elas estão com recursos parados e sem regulamentação. Cita recursos para um tomógrafo que iria para o HPSC e que os recursos não seriam capazes de adquirir o equipamento, pois o orçamento na

emenda seria de sessenta e quatro canais. Foi pensado e sugerido que, como possuímos um de dois canais, no HU e outro de quatro canais no HPSC e que seria demasiado pelo custo/benefício., então optaram por dois aparelhos de dezesseis canais, um no HU e outro no HPSC. levando-se em caso, a manutenção menor. De acordo com arquivo os parlamentares que destinaram recursos para Canoas. Em 2019, os deputados federais destinaram, assim: João Derly R\$ 400.000,00 para a UBS Prata. Marco Maia para a UBS Mathias Velho, R\$ 199.950,00 e Maria do Rosário, para a UBS Praça América R\$ 99.920, Em 2020, os deputados federais Fernanda Melchiona e Bibó Nunes, destinaram para o HPSC R\$ 995.223,00 e R\$ 150.225,00, respectivamente, num total de R\$ 1.145.448,00 e mais uma vez Bibó Nunes e Henrique Fontana, Para o UPA Guajuviras, em valores de R\$ 49.081,00 e 100.000,00, respectivamente, num total de R\$ 149.081,00. Em 2021, os repasses foram dos parlamentares Henrique Fontana R\$ 149.907,00, para a UPA Rio Branco e Daniel Trzeciak e de Relator Geral que foram doadas ao HPSC, em 299.422,00 e R\$ 2.999.808,00, num total de R\$ 3.299.230,00. Em 2022, os deputados Nereu Crispim e Henrique Fontana, em conjunto doaram para a UBS Mathias Velho, os valores de R\$ 69.944,00 e R\$ 150.000,00. Total de R\$ 219.944,00 e para o HU, R\$ 609.957,00, do deputado Marcel Van Hatenn e R\$225.000,00 e Nereu Crispim. Em 2022, o relator Geral do Orçamento, dedicou R\$ 1.000.000,00 para equipamentos nas unidades básicas Continua a exposição das emendas parlamentares de custeio, que de 2019 a 2022, foram atribuídos R\$ 14.198.572,00, distribuídos da seguinte forma: Geral, R\$ 5.510.000,00, HU R\$ 2.404.400,00, HNSG R\$ 5.007.985,00, HPSC R\$ 976.187,00 e ACADEF R\$ 300.000,00. O Presidente coloca em votação a homologação e o teor da ata de 17/08/2023 e pergunta se existe mais alguma dúvida e a Plenária responde que suas dúvidas foram respondidas e aprovam a matéria por treze votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. Vencida a pauta a secretária Ana solicita autorização para exporem o Projeto Canoas Mais Saúde, que foi apresentado ao CMS, em primeira mão e com o parecer da Procuradoria Geral do Município, que foi positivo, foi encaminhado à Câmara de Vereadores para aprovação, também. Diz que começará em setembro a atualização de cadastros, para verificarmos a real situação da demanda reprimida. Complementa que as atualizações serão feitas de segunda a quintas-feiras, das catorze às dezessete horas, na Central de testagens. Aos sábados das nove às doze horas, no Prefeitura na Rua e das oito às dezessete horas na Ouvidoria e Subprefeituras. Não serão feitas e não receberemos atualizações nas UBSs, devido ao grande fluxo, nas unidades, porém, para atingir as pessoas acamadas, vão utilizar os ACSs e para ter certeza, se os cadastros estão em dia, basta ligar para as UBSs. Lembra que é importante que não haja inconsistências nos cadastros, e o Presidente exorta todos a se recadastrarem. A Secretaria Fernanda cita que para a atualização será necessário que o usuário porte RG, CPF e comprovante de endereço. Reitera que é primordial, antes de tudo, saber quem precisa e por isso, a atualização. Informa que estatisticamente, para cada dez pessoas que ligam, são apenas três êxitos, na marcação. A secretária Ana salienta que o recadastramento será feito apenas presencialmente e fala que nossos serviços contratados, não tem amplitude para o objetivo proposto e devido à grande demanda que teremos, farão chamamento público para consultas e exames e contratarão mais procedimentos dos fornecedores atuais; O conselheiro Eduardo lembra a servidora de uma garantia, feita por ela e que era preocupação do Conselho e a servidora dá um dado, muito importante, ou seja, que esta ação será apenas para as pessoas de Canoas. Em relação a moradores de outros municípios referenciados, estes serão atendidos, conforme a programação da disponibilidade atual, do Plano Operativo. O conselheiro Eduardo compreendendo a

importância de todos ajudarem na divulgação da atualização cadastral dos pacientes, sugere um cards, prometido pela secretaria Fernanda. A gestora mostra o card feito e que será disponibilizado logo após a aprovação na Câmara de Vereadores. O CLS Luiz, da UBS CAIC fala que não lhe convence e considera politicagem. O CLS Flavino, da UBS Rio Branco, pergunta se não pode ser pela internet e a Secretaria Ana, responde que não. Será apenas nos locais previstos, dificultando as fraudes e tentando garantir que seja somente para canoenses. O Presidente Mário reitera, que esta é a maior razão para recadastrar, pois tivemos experiências muito ruins, de pessoas de outros lugares, utilizando nossos serviços, sem remuneração. O Sr. Luiz reafirma sua opinião, reclamando que é muita burocracia. O Presidente tenta contrapor, porém não havia condições no momento e assim agradece a presença de todos e que tem se sentido muito satisfeito com os resultados das reuniões e encerra a assembleia às 21:20 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

